

---

## *Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses. (1974-2007). Carlos Camponez*

Filipe Pardal

---

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cp/872>

DOI: 10.4000/cp.872

ISSN: 2183-2269

**Editora**

Escola Superior de Comunicação Social

**Referência eletrónica**

Filipe Pardal, « *Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses. (1974-2007). Carlos Camponez* », *Comunicação Pública* [Online], Vol.9 nº16 | 2014, posto online no dia 15 dezembro 2014, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cp/872> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cp.872>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2020.



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

# *Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses. (1974-2007).*

## Carlos Camponez

Filipe Pardal

---

### REFERÊNCIA

*Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses. (1974-2007).* Carlos Camponez, Lisboa: Edições Almedina, (418 páginas), ISBN 978-972-40-4684-6

- 1 O livro *Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*, editado pela Livraria Almedina em 2011, vem enriquecer a bibliografia existente em Portugal sobre as práticas deontológicas, a autonomia profissional e os aspectos institucionais para uma autorregulação regulada. São 418 páginas, divididas em cinco capítulos, onde a deontologia e os seus mais variados aspectos intrínsecos são tratados e retratados numa experiência que qualquer aspirante a jornalista, ou até qualquer jornalista profissional, deveria conhecer.
- 2 A obra resulta da investigação conduzida por Carlos Camponez no contexto da sua dissertação de doutoramento em Letras, na área científica de Ciências da Comunicação – especialidade em Ética e Deontologia da Comunicação. Camponez foi jornalista e, actualmente, é professor no Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi, entre 2002 e 2008, membro do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, construindo um currículo que patenteia uma clara aptidão intelectual e para discutir de forma esclarecida e comprometida a deontologia da profissão.
- 3 Com a consciência de que a deontologia e a auto-regulação no jornalismo português são, ainda hoje, temas insuficientemente abordados nos meios científicos e

profissionais, o livro acaba por preencher a necessidade de presentear alunos, professores e investigadores com uma obra que discute os obstáculos que impossibilitaram, ou têm impossibilitado, desde Abril de 1974, a existência de uma auto-regulação da actividade jornalística. A responsabilidade social associada à prática do jornalismo é outra das principais motivações do livro, tal como o são a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, que, como dimensões da responsabilidade colectiva, não foram descuradas por Camponez. Consequentemente, este texto pode ser observado como uma contribuição para a reflexão e para a procura de novas e melhores práticas jornalísticas e sociais.

- 4 Quais são os fundamentos, as origens e as aplicações contemporâneas da deontologia no jornalismo? Esta é uma das interrogações-chave que atravessa o livro, funcionando como ponto de partida para que os leitores acompanhem as respostas, as explicações e as ilações mais abrangentes, sendo a obra depois concluída com um estudo de caso que epiloga o livro. É de sublinhar que Camponez não delimita o conceito de deontologia como uma tipificação única e exclusiva do jornalismo; em vez disso, coloca em evidência todo um processo que envolve vários domínios socioprofissionais. Apesar de a maioria dos tópicos serem realmente direccionados para a actividade jornalística, esta é, também, uma análise profunda e inteligível de questionamento sobre a carência de criação de códigos deontológicos noutras profissões. Com páginas repletas de factos históricos e contextualizantes do processo de “deontologização” – ou não – dos jornalistas portugueses, formula-se outra questão pertinente: existe, no nosso país, uma auto-regulação que alcance todos os jornalistas?
- 5 A investigação em Portugal sobre o tópico primordial deste livro compreende obras de Fidalgo (2004), Pina (2000), Mesquita (1998), Traquina (2002), Wemans (1999) e Mata (2002). Apesar desta variedade de pesquisa no campo deontológico, Camponez vem criar valor ao tratar a auto-regulação e todos os organismos que a tentaram implementar, sendo assim um novo contributo para docentes, investigadores, profissionais e alunos das ciências da comunicação e um ponto de partida para mais pesquisa na área. No fundo, discute-se a autonomia jornalística e tudo o que se inclui nesta problemática, muitas vezes em crise na sociedade actual, onde as tentativas de instrumentalização – ou vários tipos de pressão – sobre os jornalistas e os meios de comunicação são uma realidade.
- 6 O exercício do jornalismo obriga a que a discussão ética e deontológica que lhe é inerente seja alicerçada em estudos e investigações sobre as mutações que a profissão tem sofrido ao longo dos anos, bem como sobre a evolução do papel dos jornalistas e até das condições tecnológicas que moldam o jornalismo, onde se inclui a própria metamorfose socioeconómica da indústria dos *media*.
- 7 As intervenções do Conselho Deontológico<sup>1</sup> e, também, do Conselho de Imprensa<sup>2</sup> foram observadas como elementos fulcrais da investigação, acarretando discussões éticas e deontológicas sobre jornalismo e sobre os *media*. Desde logo, destaca-se o ano de 1974 como separador preambular das temáticas abordadas – facto que se compreende devido à conjuntura política portuguesa da altura e ao processo de democratização que permitiu a condição de liberdade ao jornalismo e aos jornalistas. Como se depreende, é inexequível a subsistência de uma imprensa livre num regime ditatorial, e os desafios que revestiram a classe profissional dos jornalistas brotaram desde os primeiros passos da democracia portuguesa: a tentativa da profissionalização efectiva; o crescimento do grupo profissional; a feminização; e o rejuvenescimento (Garcia 2009).

- 8 A investigação socorre-se dos contributos das várias ciências sociais e humanas, em particular a filosofia e a sociologia, numa tentativa de interligação de conceitos próprios destas áreas de estudo com a experiência profissional concreta dos jornalistas. Só assim é possível conservar uma aceção rigorosa dos códigos deontológicos, ao mesmo tempo que se aproveita tal multidisciplinaridade para a elucidação acerca da ideia de que o jornalismo se rege de acordo com enquadramentos cognitivos e éticos, tal como acontece noutras profissões, como por exemplo entre médicos ou advogados.
- 9 A existência de uma divisão em cinco grandes capítulos prende-se a motivos maioritariamente formais, já que não há uma ruptura entre temas e subtemas. Apenas o capítulo três se desvia aparentemente do padrão para se concentrar na economia dos *media* e na inovação tecnológica. Tal não deixa de ser extremamente importante para o grupo profissional dos jornalistas e relevante para o público da informação, que deve estar ciente dos condicionalismos que os profissionais enfrentam. Para além dos jornalistas, as suas organizações e as estatais, de regulação da comunicação social, são analisadas com um olhar crítico e incisivo. Um dos exemplos práticos decorrentes da investigação de Camponez que melhor serve de conclusão e para nos situar criticamente é a fraca participação na eleição do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas: existiu, uma única vez, uma lista concorrente. Não é então coincidência que se verifique hoje um quadro quase exclusivo de hetero-regulação, envolta, de modo veemente, em legislação. A apropriação da auto-regulação dos jornalistas pela legislação teve dois epicentros: a extinção do Conselho de Imprensa, que era o principal espaço de debate das questões deontológicas; e o fim da atribuição da carteira profissional pelo Sindicato dos Jornalistas, que foi deliberada, por ordem do Tribunal Constitucional, no ano de 1993.
- 10 No que diz respeito às principais conclusões da investigação, salienta-se a ideia de uma profissão indefinida, com a autonomia constantemente ameaçada, tornando-se assim obrigatório reflectir sobre a sua legitimidade. O percurso do jornalismo – desde as suas origens até à modernidade – nunca foi linear, muito devido aos quesitos de uma relação polarizada com os poderes instituídos, ou, até, devido a forças e condicionantes sociais junto das quais a área profissional se insere e se desenrola:
- «(...)A profissão jornalística assenta numa outra ambiguidade estrutural que tem a ver com as próprias condições históricas de emergência do jornalismo moderno e com questões políticas, económicas, culturais e pragmáticas relacionadas com o exercício da actividade» (Camponez, 2011, p. 368).
- 11 É ainda imperativo ter uma atitude interrogativa sobre como
- «(...) uma profissão “indefinida”, de moral “ambígua” pode reivindicar uma autonomia socioprofissional, sobretudo quando existe ameaças evidentes de que algumas categorias profissionais do jornalismo podem estar a ser também objeto de um processo de desprofissionalização e, nalguns casos, de proletarização» (Camponez, 2011, p. 370).
- 12 Na verdade, não existe em Portugal uma auto-regulação capaz de abarcar o grupo profissional, e, por isso, o autor menciona uma auto-regulação frustrada como uma das principais conclusões do livro.
- 13 Depois da leitura desta obra fica a noção de que é defendida a criação de um mecanismo análogo ao Conselho de Imprensa, enquanto opção para legitimar uma profissão essencial para a democracia e para o interesse público. É também sustentado que, para melhores condições no exercício da profissão, é indispensável que a altercação ética e deontológica do jornalismo seja acompanhada de mais investigações e estudos desta

natureza. A evolução socioeconómica dos *media* coloca-nos novos elementos, que carecem de interpretação, e, como se tentou mostrar ao longo desta recensão, ninguém está isento da responsabilidade de fazer mais e melhor pelo jornalismo. “Porque sem bons jornalistas não há democracia”<sup>3</sup>.

---

## BIBLIOGRAFIA

Camponez, Carlos (2011). Deontologia do Jornalismo, A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses. (1974-2007). Lisboa: Edições Almedina.

Fidalgo, Joaquim (2004). Em nome do leitor – As colunas do provedor do "Público". Coimbra: Edições Minerva.

Garcia, J. L. (org.). (2009), Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mata, M. (2002), A Autocrítica no Jornalismo. Coimbra: Edições Minerva.

Mesquita, Mário (1998), O Jornalismo em Análise – A Coluna do Provedor dos Leitores. Coimbra: Edições Minerva.

Pina, Sara (2000), A Deontologia dos Jornalistas Portugueses. Coimbra: Edições Minerva.

Traquina, Nélon (2002), Jornalismo. Lisboa: Quimera.

Wemans, Jorge (1999), O Público em Público – As colunas do Provedor do Leitor. Coimbra: Edições Minerva.

## NOTAS

1. Sindicato dos Jornalistas, Conselho Deontológico tem Regulamento Interno. Disponível em <http://www.jornalistas.eu/?n=6356> [Consulta em 25/03/2014].
  2. AATT, Conselho de Imprensa. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1539> [Consulta em 25/03/2014].
  3. Entrevista a Bill Kovach. Disponível em [http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj30/jj30\\_16.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj30/jj30_16.pdf).
- 

## AUTORES

FILIPE PARDAL

Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

---

filipe.ds.pardal@gmail.com